



Anais da Assembléia

Nº 121

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 103.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1989.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 118/89

Curitiba, 13 de Dezembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a hora de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que autoriza

o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 4.021.246,00 (quatro milhões, vinte e um mil e duzentos e quarenta e seis cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ, aprovado pelo Decreto nº 4.609, de 30 de dezembro de 1988.

Tal crédito será utilizado no programa de Assistência Técnica e Extensão Rural e será aplicado nas seguintes espécies de despesas:

Detalhamento da Despesa	NCz\$ 1,00
3120 - Material de Consumo	1.828.194
3132 - Outros Serv. e Encargos	1.473.052
3231 - Subvenções Sociais	500.000
3255 - Transferências a Pessoas	180.000
3280 - Contribuições para	
Formação do Patrimônio do	
Servidor Público - PASEP	40.000

Os recursos para cobertura do presente crédito são provenientes de excesso de arrecadação em recursos próprios da entidade decorrente de convênios com órgãos federais e não federais e receitas diversas arrecadadas pela entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa às considerações aqui expostas, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 4.021.246,00 (quatro milhões, vinte e um mil e duzentos e quarenta e seis cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ, destinados a cobrir despesas conforme discriminação abaixo:

	NCz\$ 1,00
Dotação: 6700.04181112.265	
3120 - Material de Consumo	1.828.194
3132 - Outros Serv. e Encargos	1.473.052
3231 - Subvenções Sociais	500.000
3255 - Transferências a Pessoas	180.000
3280 - Contribuições para	
Formação do Patrimônio do	
Servidor Público - PASEP	40.000

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo 1º desta lei, o excesso de arrecadação proveniente de convênios com órgãos federais e não federais e receitas diversas arrecadadas pela entidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/SAT 238 e 239/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

347/89: De autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "post-mortem" ao Senhor ABILON DE SOUZA NAVES, ao qual convertido em Lei tomou o n.º 9140. Anote-se. Arquite-se.

239/88: Do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre doação dos imóveis que especifica ao Município de Primeiro de Maio e à Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, e, ainda, autoriza desapropriação de imóvel para ser doado à Fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9141. Anote-se. Arquite-se

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 3078

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n.º 151/89, de autoria deste Deputado, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E., com sede e foro na cidade de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N.º 3079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Resolução n.º 56/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Goioerê, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Quarto Centenário.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N.º 3081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação, respectivamente, para os Projetos de Lei n.º 383/89 e 373/89, item 06 e 05 da Pauta da Ordem do Dia desta data.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

Curitiba, segunda, em 18.12.89

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N.º 3082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência de votação do Projeto de Lei n.º 373/89.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N.º 3080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n.º 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N.º 3089

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve propõe um voto de congratulações ao Tribunal Regional Eleitoral, na pessoa do seu Presidente, Desembargador Negi Calixto, pela rapidez e correção na apuração dos votos de segundo turno nesta eleição presidencial.

O desempenho de nossa Corte Eleitoral faz ressaltar o alto merecimento dos magistrados e funcionários, além dos cidadãos convocados para exercitarem esse elevado serviço em benefício da democracia.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N.º 3085

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 19 de dezembro às 14:30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n.º 396/89, oriundo do ofício n.º 869/89 do Tribunal de Contas, que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N.º 3087

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Ilustríssimo Senhor DELSO JOSÉ TRENTIN, Mui Digno Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando determinações para o atendimento às reivindicações apresentadas pela Direção da Escola Estadual Castrolanda - Ensino de 1º grau, do Município de Castro, a seguir discriminadas, contidas no ofício daquela Direção sob nº 76/89, igualmente encaminhadas à FUNDEPAR.

1. Ampliação do espaço físico com a construção de mais salas de aula;
2. Acabamento da quadra de esportes, com cobertura e acesso para entrada e saída da escola;
3. Construção de quadra para treinamento.

É importante ressaltar que a referida escola está situada em zona periférica, a 10 km de Castro, sendo a única escola estadual existente na Colônia Castrolanda, atendendo a uma clientela que se desloca a muitos quilômetros da região rural, como a localidade de TABOR, CAPO ALTO, ILHA, MARACANA, além do trajeto para CASTRO, do que configura-se a necessidade de dotá-la de toda infra-estrutura para oferecer condições desejáveis ao aprendizado, tanto no que concerne ao espaço físico quanto à qualidade de ensino.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 3088

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Presidente da TELEPAR, Fernando Xavier Ferreira, solicitando sejam determinadas providências para a instalação, com a brevidade que o caso requer, de um Posto de Serviço Telefônico na localidade denominada Pedras, no Município de Castro.

A presente moção tem por objetivo atender a comunidade moradora da referida localidade, os quais, através de suas lideranças políticas visam sensibilizar os órgãos responsáveis para a necessidade de implantação imediata desse serviço público junto à comunidade, composta em sua maioria de famílias de poucos recursos, e por isso dependentes dos serviços do Estado.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 3084

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ex-

celentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, para que seja estudada a possibilidade de o Estado do Paraná assumir as responsabilidades administrativas da Escola Franklin Roosevelt, no Município de Iporã.

O setor educacional é um dos que vem merecendo tratamento especial pelo Executivo local, haja vista constituir-se em uma de suas principais diretrizes de Governo.

Todavia, a incrementação de medidas para materializar sua pretensão vem sendo enormemente dificultadas pela inexistência de recursos financeiros, uma vez que a Prefeitura passa por sérios problemas financeiros.

No caso vertente, o ônus administrativo é significativamente elevado, motivo pelo qual torna-se imprescindível, para continuidade da escola que o estado assumira a responsabilidade de sua administração, pois do contrário resultarão prejuízos de grande monta e reparação incerta.

Por considerar de importância impar o solicitado, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 3086

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor DELSO JOSÉ TRENTIN, Mui Digno Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando sejam determinadas providências para atendimento às reivindicações apresentadas pela Direção da Escola Estadual "Professora Maria Aparecida Nisgoski" - Ensino de 1º grau, de Castro, objeto contido no ofício nº 029/89, daquela Direção, igualmente enviado à FUNDEPAR, a seguir discriminadas:

1. Construção da área administrativa: secretaria, sala da direção, sala de professores, banheiro para professores e biblioteca;

2. Construção de mais 04 (quatro) salas de aula para a demanda de 1990, que já se anuncia expressiva, tendo em vista a procura verificada no presente ano letivo;

3. Construção de cancha de esportes para aulas de Educação Física;

4. Construção de área coberta para abrigar alunos na entrada e saída das aulas; para a distribuição de merenda; durante os recreios nos dias de intempéries e outros fins.

Objetiva o expediente em apreço, dotar aquele estabelecimento de toda infra-estrutura para oferecer à clientela estudan-

til um ambiente escolar adequado às suas necessidades e à qualidade de ensino que se pretende manter.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 401/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O Distrito de Entre Rios do Oeste, passa a ter as seguintes divisas: começa no Lago de Itaipu, partindo no sentido Norte-Sul, pelo Arroio Felicidade até encontrar a linha divisória da Fazenda Britânia, seguindo pela mesma linha no sentido Oeste-Leste até encontrar o rio São Francisco, descendo por este sentido Leste-Oeste até encontrar o Lago de Itaipu, descendo pelo mesmo em sentido Nordeste-Sudoeste, até a Barra do Arroio Felicidade, ponto de partida.

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Inicia na Foz do rio São Francisco, no lago de Itaipu. Do ponto inicial sobe o rio São Francisco até a divisa da Fazenda Britânia deste ponto pela referida divisa até o encontro com o Arroio Felicidade, desce pelo mesmo até sua Foz no Lago de Itaipu seguindo pelo antigo leito do rio Paraná (atual lago de Itaipu até a foz do rio São Francisco).

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Tem como ponto inicial e final o entroncamento da rua São Francisco com a rua Demétrio Ribeiro. Segue pela rua Demétrio Ribeiro até a rua Araguaia, por esta até a rua Gen. João Manoel, por esta até a divisa da chácara 87 (exclusiva) até a rua sub urbana, por esta até a rua São Francisco, por esta até o entroncamento da rua Demétrio Ribeiro que é o ponto inicial.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.12.89.

(a) WERNER WANDERER

Apoio: ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O desejo emancipacionista da comunidade de Entre Rios do Oeste, fundamenta-se numa realidade progressista que os próprios moradores construíram ao longo dos anos que se seguiram. A caminhada rumo ao objetivo final, ou seja, tornar Entre Rios do Oeste independente e mais um próspero Município no Paraná, começou em 23 de fevereiro de 1985 em um encontro no clube local com líderes da comunidade.

Possuem infra-estrutura como: energia

Curitiba, segunda, em 18.12.89

elétrica, iluminação pública, telefonia com sistema DDD e DDI, escolas de 1° e 2° graus, hospital, postos avançados dos Bancos do Brasil e Itaú, completo abastecimento de água potável e outros.

A proposição aqui defendida vem substanciada na aspiração da população do Distrito em emancipar-se do Município de Marechal Cândido Rondon.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

(DECLINA):

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PTN se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PRP se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PMB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados. Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando preferência de votação

para os Projetos de Lei n°s 383 e 373/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Há um requerimento do Deputado Raul Lopes pedindo preferência ao projeto, se não me engano constante do item 5.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmente, há um requerimento do Deputado Raul Lopes, mas nesse primeiro requerimento também há preferência...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu requeiro preferência de votação ao requerimento do Deputado Raul Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votado esse requerimento do Deputado Neivo Beraldin, ele solicita preferência para os Projetos n°s 383/89 e 373/89, que é o mesmo do Deputado Raul Lopes.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Projetos n°s 383 e 373?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É, o Projeto n° 373 o Deputado Raul Lopes também requereu preferência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - OK.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento. APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 373/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Prejudicado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 56/89.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 151/89.- Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 383/89) de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 105/89), que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 172.406.775 (Cento e setenta e dois milhões, quatrocentos e seis

mil, setecentos e setenta e cinco cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 373/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 112/89), que objetiva fixar em NCz\$ 3.603,63 (Três mil seiscentos e três cruzados novos e sessenta e três centavos), o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n° 56/89, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Goioerê, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de 4° Centenário. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 151/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - A.P.A.E., com sede e foro na cidade de Clevelândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n° 379/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício n° 104/89), que objetiva da nova organização e denominação aos cargos integrantes da carreira de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN: - (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEXO (Pela Ordem) - Nós requeremos chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 28 (vinte e oito) Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

Redação final do Projeto de Lei n° 379/89. Em discussão. Em votação. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 364/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que altera o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 90/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a reduzir para 20 (vinte) horas semanais a jornada de trabalho do servidor público estadual legalmente responsável por excepcional em tratamento especializado, com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 283/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria a REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ, no Vale do Ivaí, com sede na cidade Ivaiporã, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda n° 01 - Aprovada.

Emenda n° 02 - Aprovada.

Emenda n° 03 - Aprovada.

EM VOTAÇÃO

2.ª VOTAÇÃO - Do Projeto de Lei n° 221/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que concede a CINIRA CAMARGO DE BRITO, viúva do ex-prefeito do Município de Guarapuava, Antônio Ribeiro de Brito, uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 381/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 116/89), que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, destinado a cobrir despesas com investimentos em Regime de Execução Especial, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, Artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 382/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 117/89), que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Maringá, destinado a cobrir despesas voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, além da continuidade das obras do Campus Universitário, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 77/89 (Mensagem n° 82/89 ex-Proposição n° 66/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o termo aditivo firmado em grau de urgência, em 01 de novembro de 1989, ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para implantação de programa de assentamento de trabalhadores rurais em cumprimento à execução do Plano Regional de Reforma Agrária. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 78/89 (Mensagem n° 83/89 ex-Proposição n° 67/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o segundo Termo Aditivo ao convênio n° 235/87 celebrado entre o Estado do Paraná e a Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação para elaboração do cadastro nacional de irrigantes, parte referente ao Estado do Paraná, figurado como interveniente a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 79/89 (Mensagem n° 90/89 ex-Proposição n° 83/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza o Poder Executivo, através da Fundação de Esporte e Turismo, a subscrever ações no montante de NCz\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzados novos), para integralizar aumento de seu capital na Companhia de Foz do Iguaçu de Turismo - COMFOZTUR. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 80/89 (Mensagem n° 88/89 ex-Proposição n° 70/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por

unanimidade, que ratifica o Termo de Cooperação Técnica n° 006/89 celebrado, por motivo de urgência, em 10 de outubro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e o Município de Ponta Grossa, objetivando o transporte dos alunos de grupos escolares da cidade para a Escola de Trânsito do DER/PR, e vice-versa, em cumprimento dos termos do Projeto Prática Educacional de Trânsito, que visa a educação e conhecimento preventivos de acidentes aos alunos das escolas do referido Município. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 81/89 (Mensagem n° 96/89 ex-Proposição n° 75/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o Termo Aditivo datado de 29 de agosto de 1989, ao convênio n° 006/87, celebrado em 01 de agosto de 1987, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem, e a Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 82/89 (Mensagem n° 101/89 ex-Proposição n° 79/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que encaminha cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, e o CEAG - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa e os Municípios de Marialva, Ponta Grossa e São José dos Pinhais, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 83/89 (Mensagem n° 106/89 ex-Proposição n° 82/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza os convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios de Andirá, Cambará, Jacarezinho, Palmeira e Santo Antonio da Platina, objetivando o incremento da arrecadação de tributos estaduais, o combate da evasão de produtos primários e a instalação de unidades de atendimento ao público. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 84/89 (Mensagem n° 108/89 ex-Proposição n° 85/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza os convênios ce-

lebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios de Francisco Beltrão e Rolândia, objetivando a conclusão de prédios destinados à dependência da Polícia Militar do Estado. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 85/89 (Mensagem n° 87/89 ex-Proposição n° 87/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, e os Municípios que especificam, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 86/89, Mensagem n° 107/89 ex-Proposição n° 84/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza o Termo de Revigoração e Rerratificação ao convênio celebrado em 19 de setembro de 1978, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda, e o Município de São Miguel do Iguazu, objetivando a construção do edifício da Agência de Rendas do referido Município. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 87/89), Mensagem n° 109/89 ex-Proposição n° 86/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado, e os Municípios de Coronel Vivida, Iporã, Pérola, Primeiro de Maio, Joaquim Távora e Matelândia, objetivando a manutenção dos servidores de assistência gratuita à população economicamente carente na região de abrangência da respectiva comarca. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 88/89 (Mensagem n° 89/89 ex-Proposição n° 71/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios que especifica, objetivando

a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 89/89 (Mensagem n° 92/89 ex-Proposição n° 73/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 90/89 (Mensagem n° 95/89 ex-Proposição n° 74/89) oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o convênio celebrado em 11/10/89, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, objetivando a execução dos serviços de torres de energia elétrica e demais serviços correlatos, por ocasião da construção de obras rodoviárias. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 91/89 (Mensagem n° 98/89 ex-Proposição n° 76/89) oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios para instalação da Polícia Civil e, também, encaminhando cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios para instalações da Polícia Militar do Estado, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 92/89 (Mensagem n° 99/89 ex-Proposição n° 78/89) oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o convênio n° 04/89, celebrado em 14 de agosto de 1989, entre o Departamento de Trânsito e o Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a execução de serviços para a arrecadação dos valores provenientes de multas

Curitiba, segunda, em 18.12.89

pendentes de interesse do DER/PR. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 93/89 (Mensagem n° 103/89 ex-Proposição n° 80/89) oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Araucária, objetivando o repasse de recursos financeiros ao referido Município visando a desapropriação de áreas para possibilitar acesso às propriedades que ficaram ilhadas pela represa do Passaúna. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 94/89 (Mensagem n° 102/89 ex-Proposição n° 81/89) oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Cambé, Campina da Lagoa, Cascavel e Ponta Grossa, objetivando a manutenção e reparos de veículos da Polícia Civil e Militar, nos referidos Municípios. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 95/89 (Mensagem n° 91/89 ex-Proposição n° 72/89) oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica os convênios celebrados, por motivo de urgência, em 18 de outubro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação da Universidade Federal do Paraná, para o Desenvolvimento Econômico e a Fundação da Universidade Federal do Paraná, para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, objetivando a realização de projetos e publicações, conforme especificam. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 182/89, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que autoriza o Poder Executivo a proceder à desapropriação de terras em Marilândia do Sul. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°

308/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO GLADSTONE FRANCISCO DA PAIXÃO, com sede na cidade de Curitiba. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 342/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 78/89), que autoriza o Poder Executivo doar à Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplastia, uma área de terreno, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 366/89, de autoria dos Deputados JOSÉ ROGÉRIO E NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Pato Branco e divisas do atual Distrito Administrativo. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 368/89, de autoria dos Deputados JOSÉ ROGÉRIO E NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Honório Serpa, com território desmembrado do Município de Manguaçu, na localidade do mesmo nome e divisas que específica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 385/89, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que estabelece critérios para a distribuição dos recursos estaduais arrecadados de concursos de números, e dá outras providências. Com PARECER a ser exarado pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 385/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, estabelece critérios para a distribuição dos recursos estaduais arrecadados de prognósticos de números realizados pelo Estado e destinado aos Municípios para programas específicos de Assistência Social e de apoio ao Esporte Amador. Tal medida é determinada pela Constituição de nosso Estado, em seu artigo 175.

Chamada a opinar esta Comissão Geral, vê que a medida enseja que o rateio dessas verbas observe o critério da personalidade segundo a arrecadação de apostas realiza-

das pela Rede Lotérica autorizada, no âmbito do território de cada Município. Com isso, espera-se dar maior amparo as necessidades existentes nos Municípios.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela, na forma do substitutivo geral.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.89

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUCIANO PIZZATTO - Relator

Aprovado o projeto.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 387/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 119/89), que autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar ao vigente orçamento próprio do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR. Com PARECER a ser exarado pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos.

COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ
PROJETO DE LEI N° 387/89

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem governamental n° 119, datada de 13 de dezembro do corrente ano, o Projeto de Lei n° 387/89, solicita autorização para que o Poder Executivo abra crédito suplementar ao vigente orçamento próprio do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, no valor de NCz\$ 6.370.000,00 (seis milhões, trezentos e setenta mil cruzados novos).

Esclarece, ainda, a referida Mensagem, que recurso para cobertura do crédito solicitado será proveniente do excesso de arrecadação em recursos próprios da entidade.

Sob o aspecto da constitucionalidade, verifica-se que a proposição atende plenamente aos ditames da Carta Estadual, no que se refere à iniciativa, competência do processo legislativo e oportunidade do envio.

Diante do exposto, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação do projeto por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 18.12.89

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUCIANO PIZZATTO - Relator

Aprovado o Projeto.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 388/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 118/89), que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao

vigente orçamento próprio da EMATER/PARANÁ. Com PARECER a ser exarado pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ
PROJETO DE LEI N° 388/89

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem governamental n° 118/89, datada de 13 de dezembro do corrente ano, o Projeto de Lei n° 388/89, objetiva anuência deste Poder para abertura de crédito suplementar no valor de NCz\$ 4.021.246,00 (quatro milhões, vinte e um mil e duzentos e quarenta e seis cruzados novos) ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR.

Consta como proveniência para os recursos de cobertura do crédito solicitado, o excesso de arrecadação em recursos próprios da entidade, decorrente de convênios com diversos órgãos e outras.

No que a Comissão é chamada a opinar, entendemos que a matéria atende plenamente aos ditames constitucionais e não vemos no mérito qualquer óbice. Assim, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação do projeto em tela por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 18.12.89

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUCIANO PIZZATTO - Relator

Aprovado o projeto:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 75/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, com vistas à criação do Município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de Santa Izabel do Ivaí. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 151/88, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que autoriza o Poder Executivo proibir em caráter definitivo a comercialização e utilização de "sprays" que contenham clorofluorcarbono-CFC no território do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.E.M.A., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 151/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Governo do Estado, a proceder a proibição da comercialização e utilização de sprays que contenham em sua fórmula o elemento clorofluorcarbono (CFC), em todo o território

Curitiba, segunda, em 18.12.89

do Estado do Paraná, a partir de 90 dias a contar da publicação desta lei.

Art. 2° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.88

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Conforme cópias de matérias publicadas no jornal "Folha de São Paulo", 2° caderno, página A-25 sob o título "AMEAÇA DOS AEROSSÓIS MOVIMENTA POLÍTICOS", e na revista "VEJA" página 72, sob o título "S.O.S. OZÔNIO", em anexo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 151/88

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, pretende proibir a comercialização e utilização, no território do Estado do Paraná, de "sprays" que contenham em sua fórmula o clorofluorcarbono.

Em anexo ao mesmo tramita o Projeto de Lei n° 155-88, de autoria de diversos Deputados, com o mesmo objetivo.

Conforme a Justificativa que acompanham os respectivos projetos de lei, a medida proposta possui uma clara intenção de proteção ao meio ambiente, bem como uma tomada de consciência pela melhoria da qualidade de vida.

Vale considerar que a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, pela manifestação unânime de seus membros, aprovou projeto de lei com idêntico teor. Em diversos outros Estados existem iniciativas que buscam o mesmo objetivo, ou seja, proibir a comercialização e a utilização de "sprays" que contenham CFC.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Embora ambos os projetos de lei tenham o mesmo objetivo, nos parece que a redação dada ao Projeto de Lei n° 155-88 é a mais adequada, até porque oferece um prazo maior para a adaptação do comércio e da indústria em nosso Estado.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação na forma da redação dada pelo Projeto de Lei n° 155-88.

Sala das Comissões, em 25.04.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 151/88

P A R E C E R:

Ao analisarmos o Projeto de Lei n° 151/88, encontramos a oportuna intenção de dotarmos o Estado do Paraná, de legislação

específica que venha colocar um fim ao uso e comercialização de SPRAYS contendo CFC (Clorofluorcarbono) gás que tem sido usado em refrigeradores, embalagens isolantes, solventes industriais e outros.

O reclamo que o mundo inteiro move contra a utilização do referido produto químico, tem como justificativa principal, a destruição da camada de ozônio que envolve a atmosfera terrestre, responsável pela nossa proteção contra os raios ultravioleta, tidos como uma das maiores causas do Câncer.

Isto posto, verificamos o alto mérito existente na proposta do presente projeto de lei, opinando por sua APROVAÇÃO.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.89

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI N° 151/88

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, pretende proibir a comercialização, no território do Estado do Paraná, de "sprays" que contenham em sua fórmula o clorofluorcarbono.

Objeto de exame por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu da mesma parecer favorável, não possuindo qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental.

Apreciada pela douta Comissão de Saúde, mereceu parecer favorável.

No que deve esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente opinar, temos que a matéria é pertinente, visto que, o gás encontrado em "sprays" contendo clorofluorcarbono - CFC - é o principal causador da destruição da camada de ozônio que envolve a atmosfera da Terra - proteção natural contra os perigosos raios ultravioleta.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08.11.89

(aa) SABINO CAMPOS - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 395/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 120/89), que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA, destinados a atender despesas com pagamentos de juros, encargos, correção monetária e amortização da dívida interna e externa, conforme específica.

PROJETO DE LEI N° 395/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 875.805.000,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões e oitocentos e cinco mil cruzados novos), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado, - Recursos sob Supervisão da SEFA, destinados a atender despesas com pagamento de juros, encargos, correção monetária e amortização da dívida pública interna e externa conforme discriminação abaixo:

NCz\$ 1,00

Dotação: 2501.03080.332.234

3260- Encargos da Dívida

Interna 578.610.000

4350- Amortização da Dívida

Interna 108.940.000

Dotação: 2501.03080342.235

3270- Encargos da Dívida

Externa 49.655.000

4360- Amortização da Dívida

Externa 138.600.000

Art. 2° - Servirá como fonte de recurso para a cobertura do crédito referido no artigo 1°, quaisquer das formas especificadas no parágrafo 1° do artigo 43 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Sessões, em 15.12.89

(a) PODER EXECUTIVO

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 395/89

PARECER:

O presente plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 120/89, visa autorizar o Poder Executivo abrir um crédito suplementar de NCz\$ 875.805.000,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões e oitocentos e cinco mil cruzados novos) ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, aprovado pela Lei n° 8.905, de 05 de novembro de 1988.

Chamada esta Comissão Geral para opinar, vê a mesma que o referido crédito será utilizado para atender despesas com pagamento de juros, encargos, correção monetária a amortização da dívida pública interna e externa, e será aplicado nas despesas que específica.

Assim sendo, é o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.12.89

(aa) ANIBAL KNURY - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

Aprovado o projeto.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 28/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Piraquara, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Pinhais. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 28/89
À Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Piraquara, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Pinhais.

"Começa na confluência dos rios Atuba e Iraí (antigo leito), sobe por esse rio em direção a nordeste até encontrar o rio Canguiri na divisa do Município de Quatro Barras, contornando essa divisa segue pelo mesmo rio em direção a noroeste, até a PR - 410 (Estrada da Graciosa), por esta direção a oeste segue até chegar ao Rio Atuba, a partir de onde segue por este ao sul, até a confluência com o rio Iraí, ponto de origem do traçado delimitatório".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

Sobre a Mesa, requerimento de n° 3089, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3085, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3084, de autoria do

Curitiba, segunda, em 18.12.89

Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3086, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3087, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3088, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3080, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 283/89.

dos Projetos de Lei n°s 221, 381 e 382/89.

e dos Projetos de Resolução n°s 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94 e 95/89.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 65 e 151/88, 151, 182, 308, 342, 366, 368, 385, 387, 388 e 395/89.

e do Projeto de Resolução n° 28/89

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 396/89

Levanta-se a sessão.